



CIFRÃO

JORNAL DE ECONOMIA

COTAÇÃO NA BOLSA DE VALORES

SCT (0,00%) ↔

6.500\$00

CECV (0,00%) ↔

6.100\$00

ENACOL (-3,3%) ↓

4.400\$00

BCA (0,00%) ↔

3.000\$00

Avaliação quinzenal - Recolha de dados na quinta-feira

↔ Estacionária ↑ Em alta ↓ Em baixa

BCV quer liberalização plena de capitais

Pág. 4

8,5 %

é o PIB previsto para 2008

Pág. 2



Cabo Verde entre os destinos mais vendidos

Pág. 7

TELEMÓVEL

A paranóia da fraude

Pág. 5

NÚMEROS DA MACARONÉSIA

15 milhões

de potenciais consumidores na zona da Macaronésia

69 stands

104 expositores

Centrais

pág. 11

FALTA DE ÁGUA COMPROMETE CONSTRUÇÃO CIVIL NA BOA VISTA

Governo define PIB de 8,5 % para 2008

O governo definiu já as suas metas para o Orçamento de Estado de 2008: uma delas é o crescimento económico entre 8 e 8,5%, outra uma inflação entre 1,5 e 2,5%.

O Conselho de Ministros, na sua sessão ordinária da semana passada, definiu as directrizes para a ministra das Finanças, Cristina Duarte, elaborar o Orçamento de Estado para 2008. A meta é um crescimento do PIB, entre 8 e 8,5% e uma inflação entre 1,5 e 2,5%. **“Estamos a projectar uma continuação de crescimento da economia com o OE que prevê um aumento considerável do PIB que poderá chegar aos 8,5% em 2008”**, revelou a porta-voz do governo, Cristina Fontes.

De acordo com aquela governante, o executivo vai continuar a trabalhar num quadro orçamental em que a aposta na infra-estruturação física do país surge como um elemento fundamental para garantir o desenvolvimento económico. **“Investir na internacionalização da rede de portos e aeroportos, na melhoria da rede rodoviária, na mobilização do capital privado para o investimento nos transportes marítimos, aéreo, sector pesqueiro e para o aumento da produção e distribuição da energia convencional e renovável”**, são outras das referidas prioridades para 2008, assegurou.

Outros dos objectivos a perseguir pelo próximo OE inserem-se na qualificação urbana, na melhoria da qualidade do ensino académico, a continuação do ensino profissional, a aposta na especialização dos recursos humanos e ainda o investimento na infra-estruturação electrónica, de modo a garantir que as tecnologias de comunicação e informação sejam um suporte para o desenvolvimento do país, acrescentou a ministra.

A qualificação do meio ambiente, a melhoria do abastecimento de água, mas também o saneamento, bem como dar prioridade à saúde e segurança social fazem igualmente parte das prioridades para o sector da economia, que em 2007 deve crescer entre 6 e 7%.

A nível da inflação, embora não referido pela porta-voz do governo, a nível da inflação, o **Cifirão** apurou que o executivo conta trabalhar no corredor de 1,5 a 2,5%. Note-se que, depois de ter atingido o pico de 5,6% em Fevereiro, a inflação terá invertido a tendência, situando-se agora abaixo dos 5 %, uma tendência que tanto



o Palácio da Várzea como o BCV acreditam que poderá continuar nos próximos meses.

Ainda no quadro legislativo, coube ao Conselho de Ministros da semana passada aprovar alguns diplomas com vista à criação de um ambiente favorável ao investimento no país. Uma dessas medidas prende-se com um projecto de decreto-lei referente ao pacote dos produtos para a implementação da Casa do Cidadão. Esta, uma ideia, nunca é de mais recordar, que se arrasta desde o anterior mandato.

De acordo com Cristina Fontes, os serviços prestados pela Casa do Cidadão encontram-se na fase final e serão disponibilizados, também, através de um portal - **“O portal de Nós Ilhas”** - onde os cidadãos e as empresas poderão ter acesso tanto para constituir empresas, como para obter certidões e outros documentos, via online, ou até para fazer pagamento electrónico. **“A estrutura dos serviços integrados no atendimento vai possibilitar melhorias nos serviços prestados pela Administração Pública”**, garante Cristina Fontes, para quem, com a Casa do Cidadão, a chamada reforma do Estado deverá conhecer um importante passo.

Para além de aprovar a estrutura que vai garantir a implementação da Casa do Cidadão, aquela governante fez saber que está em preparação um outro decreto-lei que vai permitir a constituição de uma empresa num só dia. A acontecer, este desiderato vem responder a uma das principais críticas dos operadores e dos cidadãos no geral, que muito reclamam da morosidade da administração pública cabo-verdiana.

Em relação ao crescimento da economia, recorde-se que é meta deste governo atingir, até 2011, um PIB de dois dígitos (acima dos 10 por cento) e um nível de desemprego abaixo dos dois dígitos (menos de 10%). Para isso conta, especialmente, com os investimentos que se vêm verificando no sector privado, particularmente do turismo e da imobiliária turística. Aqui, a ideia é continuar a baixar esse indicador, sem esquecer que o último cálculo do INE e IEFP (QUIBB, divulgado em Fevereiro último) fixou-o em 18% no país, sendo que S. Miguel (35%) é o concelho onde o desemprego é maior, encontrando-se Boa Vista no extremo oposto (7,8%).

E AINDA

Cabo Verde atrai interesse da China

A parceria entre Cabo Verde e China no sector portuário, definido pelo executivo cabo-verdiano como área prioritária para o desenvolvimento, mereceu destaque na visita que o vice-ministro do Comércio chinês realizou ao nosso país. Mas Wei Jianguo também destacou o interesse chinês na criação de zonas francas (industrial e comercial), no turismo e ainda no sector das pescas e transbordo com a Interbase, Cabnave e Enapor.

O ministro da Economia, Crescimento e Competitividade mostra-se cauteloso quanto aos resultados da visita que o vice-ministro do Comércio da China, Wei Jianguo, efectuou ao nosso país entre 13 e 17 deste mês. **“As relações entre Cabo Verde e China datam de há muito tempo. São relações entre povos e governos. Sempre tivemos lealdade, respeito e solidariedade entre nós. Esse relacionamento não tem de ser visto em resultados imediatos mas com um processo, que pensamos irá prosseguir”**, afirma.

José Brito lembra que o governo possui uma visão para o desenvolvimento do país e que quando a China decidiu criar cinco zonas de cooperação económica e comercial em África, o primeiro-ministro de Cabo Verde propôs que o nosso país fosse uma dessas zonas. **“Penso que nesses três dias conseguimos reunir informações que vão permitir à parte chinesa tomar uma decisão. China e Cabo Verde têm sonhos conjuntos de desenvolvimento e vamos continuar a trabalhar para a sua concretização”**.

E os primeiros passos foram dados com a assinatura de um memorando em que Cabo Verde reconhece na China uma economia de mercado. Cabo Verde compromete-se ainda a apoiar a consolidação da participação da China na OMC e a defender o princípio de uma só China. Em contrapartida, Pequim também apoiará a adesão de Cabo Verde à OMC. **“Neste memorando reafirmámos os princípios de continuação desta solidariedade entre os povos**

e comprometemo-nos a continuar esse trabalho conjunto entre Cabo Verde e China”.

Wei Jianguo subscreve as afirmações do MECC mas prefere destacar os encontros com o primeiro-ministro e com os ministros dos Negócios Estrangeiros e das Finanças e, principalmente, os projectos discutidos nos três dias de visita. **“Falámos da cooperação em pelo menos dez projectos, incluindo um que envolve a Cosco (é uma das maiores companhias de transbordo do mundo) e a Enapor. Falámos de projectos entre uma empresa de pesca da China e a Interbase e Cabnave, e de um outro para a captura do atum. De equipamentos, novas tecnologias de comunicação, electricidade, de uma nova barragem e ainda da formação de recursos humanos, bem como da necessidade de se desenvolver a cooperação na área do turismo. E, ainda, discutimos o estabelecimento de uma zona de cooperação económica e comercial em**

Cabo Verde”, enumerou Jianguo.

Este jeito de balanço, o governante sino diz que vale a pena os dias intensivos de trabalho, que incluíram o sábado e o domingo, porque houve troca de experiências e de informações. E neste momento, prossegue, alguns projectos já se encontram em negociação, enquanto outros estão numa fase de intercâmbio e/ou discussão. **“Vamos prosseguir as discussões com as autoridades cabo-verdianas. Pensamos que a assinatura deste memorando foi o começo dos trabalhos entre Cabo Verde e China. Proponho que, com base no desenvolvimento da economia dos nossos países, devemos aprender e apoiarmo-nos mutuamente”**, conclui o vice-ministro do Comércio da China, para quem a visita do MECC à China, que deverá acontecer em Novembro próximo, será aguardada com ansiedade para que esses dois países amigos e irmãos, China e Cabo Verde, possam cumprir os seus **“sonhos”**.

Constância de Pina



novidades do mundo portuário

Transbordo apresentado a vice-Ministro da China

O projecto de transbordo de contentores do Porto Grande e as perspectivas de crescimento do tráfego portuário em S. Vicente constaram de um vasto leque de informações fornecidas ao vice-Ministro do Comércio da China, Wei Jianguo, na sua visita à cidade do Mindelo, à frente de uma extensa comitiva empresarial. O governante chinês ficou a par das perspectivas de desenvolvimento da cidade do Mindelo, nos domínios das pescas, turismo e indústria, durante um fórum sobre as transformações das infra-estruturas em Cabo Verde, mais especificamente na ilha de S. Vicente.

Foi apresentado ao governante chinês uma visão alargada da infra-estruturação da orla marítima de S. Vicente pois, um dos principais objectivos de Cabo Verde, é convencer as autoridades de Pequim das vantagens de escolherem o arquipélago para estabelecerem uma das cinco zonas especiais de comércio em África. E, para o Eng. Franklin Spencer, o sector marítimo-portuário de Cabo Verde oferece condições únicas na costa oeste africana, nomeadamente ao nível do custo de construção e funcionamento de um terminal de contentores.

Além do projecto de transbordo, a delegação chinesa ficou a par das iniciativas em

curso no domínio do turismo, zona franca comercial, parque industrial, conservação de pescado e reparação naval. Wei Jianguo teve também a oportunidade de efectuar uma visita no terreno e tirar as suas ilações sobre as potencialidades económicas da ilha do Porto Grande.

Os resultados da visita às diversas infra-estruturas foram depois discutidos na sala de reuniões da ENAPOR, onde foi assinado um protocolo de entendimento entre os governos chinês e cabo-verdiano, representados pelo vice-Ministro do Comércio da China e o ministro da Economia de Cabo Verde, José Brito. No documento, Cabo Verde diz apoiar o governo de Pequim no princípio de uma China única e reconhece que esse gigante asiático pratica o princípio da economia de mercado.

Do seu lado, a China garantiu o seu apoio aos esforços de Cabo Verde de entrar na Organização Mundial do Comércio. Quanto à eventualidade da China implantar uma das suas zonas especiais de comércio em S. Vicente continua uma incógnita. O certo é que os dois países pretendem continuar a cimentar as suas relações políticas e comerciais, aliás, o ministro José Brito deverá visitar a China até o final deste ano.



Notícias Breves

- ↳ O Palácio da Cultura Ildo Lobo foi palco de uma exposição promovida pela ENAPOR e que versou a história e actividade portuárias, no país. A exibição, que decorreu de 12 a 19 de Julho, foi composta por miniaturas de maquinarias portuárias, materiais de segurança, fotografias antigas e recentes dos portos – destaque para a foto que mostra o acto da criação da ENAPOR –, imagens da participação da empresa em feiras e troféus ganhos em diversas competições desportivas.
- ↳ A CNUCED organizou de 26 a 28 de Junho uma Conferência Internacional de Coordenação do Programa Portuário para a Rede Lusófona, que teve lugar em Dublin, Irlanda. Madalena Almeida, Secretária-Permanente da CNUCED para a Rede Lusófona, participou no evento, onde fez uma apresentação sobre a ENAPOR e do impacto do referido programa na empresa. O encontro, que reuniu representantes de países africanos, europeus e asiáticos, contou com a presença do Secretário-Permanente para a Rede Francófona.
- ↳ A ENAPOR venceu o torneio inter-empresas de futebol, organizado no âmbito do 25º aniversário, com a participação de doze equipas. A formação dos Portos derrotou a Transcor na final, realizada no dia 4 de Julho, pelo score de três bolas a uma. Isto após ter vencido a Enacol nas meias-finais, etapa que contou ainda com a presença da Transcor e da Guarda Costeira.
- ↳ Michel Ramos foi o grande vencedor do torneio nacional de ténis patrocinado pela ENAPOR. Os tenistas Luís de Melo, Michel Ramos e Elder Semedo foram os representantes das ilhas de S. Vicente, Santiago e Sal na final da prova. Sandro Gomes – segundo classificado da prova regional de S. Vicente – foi depois convidado para se juntar aos três campeões regionais na final do torneio. Michel Ramos – Santiago – acabaria por se sagrar vencedor do troféu ENAPOR – 25º Aniversário.
- ↳ Na sequência das suas jornadas parlamentares, deputados do MpD efectuaram uma visita ao Porto Grande, durante a qual ficaram a par dos principais projectos em curso na baía de S. Vicente. Paralelamente, deputados do grupo parlamentar do PAICV foram recebidos pela Administração do Porto da Praia, com o objectivo de conhecerem o funcionamento dos serviços portuários e receberem dicas para o debate sobre o Estado da Nação.



BCV quer liberalização plena de capitais

O Banco de Cabo Verde vai propor ao governo o livre movimento de capitais nas operações entre residentes e não-residentes. A ideia é garantir, por essa via, a “convertibilidade plena” do escudo face às outras moedas e facilitar as transações financeiras que passem pelo arquipélago. Mas afinal que significado prático pode ter uma tal medida? Quais as suas vantagens e inconvenientes?...

Quinze anos depois da liberalização da sua economia, Cabo Verde está em vias de ir mais além, com a liberalização plena do movimento de capitais no seu território e em transações com o exterior. Depois do acordo de cooperação cambial com Portugal, em 1997, via através da qual tornou-se possível a convertibilidade do escudo (CVE), esta poderá ser, segundo os entendidos, uma das marcas da governação do PAICV pós-2001, além do saneamento e estabilidade macro-económica obtida no anterior mandato.

A ideia da livre circulação de capitais é defendida abertamente pelo governador do Banco de Cabo Verde, Carlos Burgo, para quem tal facto poderá traduzir-se na “convertibilidade plena” do CVE face ao euro e outras moedas. A proposta, que já foi aprovada a nível do Banco Central, e a ser encaminhada ao governo para efeitos de decisão final, não surge por acaso. É antes resultado de um estudo feito pelo BCV, da autoria de Vasco Marta, sobre as vantagens e os inconvenientes que a mesma decisão poderá ter na economia cabo-verdiana, deixa a entender aquele responsável.

De acordo com as conclusões de tal estudo, a que o CIFRÃO teve acesso, “**pelas características da economia de Cabo Verde e pelas propostas de estratégia para o seu desenvolvimento, a manutenção de controlo aos movimentos de capitais comporta mais custos que benefícios**”. Tanto mais, esclarece

Carlos Burgo, “**Cabo Verde já vive, de facto, uma situação de liberalização que leva as empresas e os bancos, por exemplo, nas suas relações com o exterior, a não passar por certos crivos do BCV**”, ou seja, “**em termos práticos, a liberalização não comporta riscos acrescidos que não possam ser geridos**”.

A liberalização das operações financeiras surge, ademais, numa altura em que a graduação de Cabo Verde coloca o país face a um conjunto de novos desafios, agora, num quadro em que terá de competir com outros mercados emergentes na captação de investimentos externos. Para Carlos Burgo, “**esta liberalização plena do fluxo de capitais vem favorecer o desenvolvimento do país, sobretudo porque estamos a apostar no desenvolvimento do sector dos serviços**”.

E, sendo assim, acrescenta aquele governador, “**Cabo Verde precisa ser competitivo**”, reduzindo “**os custos das transações**” e reduzindo também o tempo que leva para concretizar este tipo de operação financeira. “**Na prática, a realidade mostra que algumas das restrições impostas pelo nosso sistema bancário, a nível do BCV, já estão obsoletas**”.

Exemplo disso são os empréstimos que as empresas ou os cidadãos particulares precisam fazer no exterior e que para tal carecem da devida autorização do BCV. “**Neste momento, ao abrigo da lei, até para comprar um apartamento em Cabo Verde um cidadão estrangeiro teria de solicitar a necessária autorização do BCV. Além de, em termos práticos, isso já não acontecer, essa é uma norma a todos os títulos anacrónica**”, defende Carlos Burgo, para quem a liberalização plena do fluxo de capitais “**vai criar melhores condições para o desenvolvimento da economia cabo-verdiana**”.

Os efeitos do livre movimento de capitais

colocam-se também a nível do próprio mercado financeiro cabo-verdiano e do cidadão comum, deixa a entender aquele responsável. Isto é, com a liberalização, quem quiser ter depósitos, no país, em moeda estrangeira, poderá tê-lo sem problema, deixando esse de ser um privilégio apenas dos emigrantes. E o mesmo acontece em relação àqueles que querem ter contas bancárias no exterior, um facto cada vez mais corriqueiro, mormente, para quem está ligado ao mundo dos negócios.

Quanto aos eventuais riscos que esta liberalização comporta para um país como Cabo Verde, o estudo do BCV aponta, sobretudo, a perda de controlo por parte das autoridades monetárias e políticas de “**alguns dos instrumentos de gestão económica**”. Estes passam, para todos os efeitos, a estar “**condicionados pelo comportamento do mercado de capitais**” no mundo inteiro.

Com isso, reconhece o estudo, “**o país passa a ser mais vulnerável à percepção que o mercado tem do estado da sua economia e ao contágio de situações externas adversas**”, estando sujeito a determinados choques externos. No entanto, diz também o documento, tais contingências obrigam a “**um maior rigor na gestão macroeconómica**” por parte das autoridades do país em causa, premiando o mercado as “**boas práticas**” e penalizando “**as más políticas**”.

“**A condição básica para que um país tenha sucesso num processo de liberalização do seu mercado de capitais é ter garantia de que os equilíbrios macroeconómicos (balança de pagamentos, preços, finanças públicas) estão assegurados**”, adverte o documento. “**Um país que não tenha assegurado os equilíbrios macroeconómicos e que proceda ao levantamento das restrições relativas aos movimentos de capitais corre sérios riscos**

de agravar os seus desequilíbrios, com incidência particular na balança de pagamentos. Os não residentes serão muito reticentes em correr riscos de investir num país nessas condições e os agentes económicos residentes irão procurar colocar os seus capitais em lugares com menor nível de risco”.

Estas ressalvas, no entender de Carlos Burgo, não se colocam presentemente a Cabo Verde, tendo em vista “**todo o trabalho**” prévio feito ao longo dos últimos anos para a estabilidade macroeconómica nacional. Não só a nível interno, como também por via do acordo de cooperação cambial com Portugal, mecanismo através do qual o CVE tornou convertível num sistema de paridade fixa com o euro.

É este facto, por um lado, defende Carlos Burgo, que permite a “**Cabo Verde partir para a liberalização plena do fluxo de capitais**” e, por outro, leva certos analistas a defenderem o aprofundamento e uma maior exploração do referido acordo de cooperação cambial. É o caso do economista Gualberto do Rosário que, na entrevista que concedeu a este jornal na edição anterior, advoga que Cabo Verde teria muito mais a ganhar se conseguisse incluir a “**liberalização de capitais**” nas negociações com a União Europeia, no âmbito da busca de uma parceria especial.

Escusando-se a qualquer polémica sobre este assunto, Carlos Burgo salienta que o BCV vai continuar a fazer o seu “**trabalho de casa normalmente**”, na certeza de que, com políticas macroeconómicas acertadas, “**Cabo Verde terá mais condições para negociar com a UE**”. E conclui: “**Da nossa parte estamos conscientes de que a integração financeira irá criar melhores condições não só para o desenvolvimento do sector financeiro cabo-verdiano, como de todo o país no geral**”.

JVL

TAXAS DE JURO

Data	Tipo	Taxa (%)
	Oficiais	
31-05-1999	Redesconto	8,5
26-02-2005	Cedência de Liquidez	7,5
05-09-2003	Absorção de Liquidez	1,0
16-07-2007	Mercado Monetário Interbancário 1)	6,00
13-07-2007	Taxa Base Anual 2)	3,53
Títulos da Dívida Pública		
13-07-2007	Bilhetes de Tesouro - 91 dias	3,38
24-05-2007	Obrigações de Tesouro - 5 anos	5,45

MERCADO DE INTERVENÇÃO

Data Emissão	Tipo	Prazo (Dias)	Taxa	Montante
2007-07-12	TIM	182	4,500	200.000.000,00
2007-07-06	TIM	272	4,500	500.000.000,00
2007-07-16	TRM	14	4,000	950.000.000,00
2007-07-09	TRM	14	4,000	350.000.000,00



BANCO DE CABO VERDE

(www.bcv.cv)

TAXAS DE CÂMBIO DO DIA 18-07-2007

País	Moeda	Unid.	Compra	Venda
CANADA	CAD	1	76,609	76,750
SUICA	CHF	100	6.654,540	6.667,316
DINAMARCA	DKK	100	1.480,473	1.483,162
EUROPA	EUR	1	110,265	110,265
INGLATERRA	GBP	1	163,641	163,944
JAPAO	JPY	100	65,543	65,670
NORUEGA	NOK	100	1.397,158	1.399,848
SUECIA	SEK	100	1.202,167	1.205,024
ESTADOS UNIDOS AMERICA	USD	1	79,969	80,171
SENEGAL	XOF	100	16,810	16,810
AFRICA DO SUL	ZAR	1	11,365	11,567

Altos...

A Direcção Geral do Desenvolvimento do Turismo organiza no dia 28, na Boa Vista, um atelier para apresentar, discutir e recolher subsídios com vista à validação da “Proposta de Código de Conduta do Turismo Sustentável”, proposta essa elaborada a partir de subsídios recolhidos junto dos parceiros. **Cifrão** apurou que o documento visa valorizar o destino turístico cabo-verdiano, apostado na conservação e melhoria do ambiente, conferindo-lhe maior competitividade. O documento deverá contar com a participação de cerca de 150 personalidades ligadas ao sector turístico, instituições públicas e Câmaras Municipais. De realçar ainda que o Código de Conduta do Turismo Sustentável é financiado pelo Plano Ambiental Nacional (PANA II) e conta com o forte parceria da UNOTUR. Uma medida que merece ser aplaudida.

...Baixos

O malparado, no valor de um milhão de contos, existente no INPS, sendo que 45% pertence ao Estado. Esta é uma situação que, segundo presidente desse instituto, António Neves, urge solucionar o mais depressa possível sob pena de comprometer a sustentabilidade da segurança social em Cabo Verde. Reagindo à denúncia o primeiro-ministro, José Maria Neves, anunciou esta semana, no Mindelo, que medidas vão ser tomadas pelo governo “para, o mais rapidamente quanto possível, pagar as dívidas do Estado, sobretudo as dos institutos públicos”.



A paranóia da fraude

A paranóia da fraude tomou conta da CV Móvel e isso reflecte-se no dia-a-dia dos seus clientes, que, desafortunados, não têm outra operadora a que recorrer quando estão insatisfeitos com os serviços prestados.

Tudo começou em Março deste ano quando uns quantos espertinhos decidiram defraudar uma das maiores empresas cabo-verdianas. A CV Móvel não gostou nada da brincadeira (que alguns na altura chamaram de “**justiça popular**” por fazer com que a empresa pagasse pelos preços escandalosos que pratica) e apertou a segurança das operações.

A pirataria provocou uma baixa de quatro mil contos no cofres da CV Móvel, mas quem paga agora a factura é a paciência dos utentes. Meses depois ainda há caixas da Rede24 que emitem dos cupões antigos. Resultado? Números de série inválidos, que obrigam o cliente a deslocar-se a um posto da CV Móvel para resolver o problema. E ainda por cima são exigentes, porque a questão não pode ser solucionada numa loja qualquer mas sim na sede da empresa, que no caso da Praia, fica na Várzea.

Chegando lá, tem que se fazer uma cópia do mal fadado cupão, mandá-la por fax, depois ela é verificada pelo SISP e, detectada a eventual fraude ou não, emite-se um novo número de série para ser carregado no cartão do cliente. Isto acontece, se entretanto, o utente não tiver que se deslocar à sede da empresa outra vez, no dia seguinte, para reclamar que afinal ainda não recebeu o dinheiro porque o fax que mandaram para o SISP estava irreconhecível. A saga termina quando uma voz simpática telefona e questiona se pode fazer o carregamento (ainda pergunta?). Minutos mais tarde lá recebe a desejada mensagem a avisar da recarga efectuada.

Horas e horas perdidas por causa de 1000 escudos e a desculpa adivinha-se: “**É por causa da tal fraude que aconteceu há uns meses**”. A CV Móvel esquece-se de uma das regras de ouro do mundo dos negócios - tempo é dinheiro. E o cliente, que tem sempre mais o que fazer à vida do que perder tempo com as paranóias da CV Móvel, efectua os seus cálculos: ou bem desperdiça umas horas para solucionar uma questão de mil escudos ou então esquece o caso, porque não tem disponibilidade para o resolver e o dinheiro fica a arder na conta bancária.

Mas este “**saque**” ao bolso dos clientes - se nos guiarmos sempre pelo princípio que tempo é dinheiro - não fica por aqui. Dou o exemplo de um estrangeiro que chega a Cabo Verde e quer fazer um contrato. “**Processo simples**”, pensa ele, pois vem de um sítio onde os cartões de telemóvel compram-se nos quiosques e não há papeladas nem burocracias nessa aquisição. Mas, afinal, não. Tem que assinar uma série de papeis, mostrar o passaporte, enfrentar uma fila interminável para fazer o contrato, outra igualmente longa para pagar esse contrato e, extenuado, finalmente consegue o número de telemóvel cabo-verdiano. Pergunta porquê e respondem-lhe: “**É por causa de uma fraude que aconteceu há uns meses**”.

Nesta altura, já nem se quer lembrar dos preços do serviço móvel praticados no estrangeiro. Para além da conta do telemóvel ser bem mais leve no final do mês, lembra com saudade a variedade de tarifários, em que havia sempre um adequado às suas necessidades. Recorda, nostálgico, que quando não estava satisfeito com a sua operadora, sempre havia outra que lhe piscava o olho e seduzia-o com um serviço melhor. E é aqui que suspira: “**Ai, a falta que a concorrência faz!**”.

Catarina Abreu

FRASES

“O governo está a falhar na regulação”.

Gualberto do Rosário, in «A Semana», 13-07-07

“O melhor em Cabo Verde e em Moçambique é a ausência de violência (78,8 e 63,9, respectivamente) e o pior a qualidade da regulação (45,4 e 30,7)” pontos.

Relatório «Indicadores Globais da Governação 1998-2006», da autoria dos economistas Daniel Kaufmann, Aart Kraay e Massimo Mastruzzi, para o Banco Mundial. In *Liberal*, 12-07-07

SINAIS

O preço do trigo e outros cereais, produtos que vêm sendo desviados para a produção do biodiesel, tem vindo a subir nos mercados internacionais. Os impactos de tal agravamento já começam a fazer-se sentir em Cabo Verde. Na ilha do Sal, uma padaria decidiu aumentar esta semana o preço do pão.

O NÚMERO

129 mil

contos é montante que o MCA-CV vai colocar à disposição das instituições ligadas ao sistema de microfinanças. Trata-se de um projecto de 1,16 milhão de dólares, dos quais cerca de 7 mil contos já foram utilizados na primeira fase. Este pacote visa, segundo o MCA-CV, contribuir para que as IMF's se tornem “*instituições financeiras sustentáveis*”.

Águas de Cabo Verde acusada de não pagar dívida

A Águas de Cabo Verde está a ser acusada de não pagar uma dívida de mais de 50 mil contos relativos à maquinaria e infra-estruturação da fábrica que abriu no passado mês de Abril, na Cidade da Praia. A denúncia é do dono da empresa espanhola Sacallo & Contijoch, Josep Massó, responsável pela montagem da unidade de produção que procurou este semanário para contar o seu caso. Uma acusação que o presidente do Conselho de Administração da empresa visada, Júlio Almeida, refuta dizendo que está de **“consciência tranquila”**.

Josep Massó é dono de uma empresa familiar e trabalha com a Águas de Cabo Verde há 11 anos, **“que sempre teve como cliente preferencial”**. **“Eu fazia a intermediação entre os fornecedores e a fábrica e, obviamente, recebia os meus benefícios”**, conta Massó. Este gestor acusa Júlio Almeida, PCA da Águas de Cabo Verde, **“aproveitou-se da falta de recursos da minha empresa porque sabe que se não me pagar, eu fico sem dinheiro e sou obrigado a voltar para a Espanha”**.

Segundo o empresário, a Águas de Cabo Verde deve-lhe os 10% do contrato de venda total das máquinas. Mas a carta de crédito que garantia esses 10%, entretanto, não foi renovada. A dívida inclui também o montante de algumas máquinas que pagou adiantado com o seu dinheiro e trabalhos extras.

Massó afirma que já contactou o BADEA (Banco Árabe para o Desenvolvimento Econó-

mico de África), que financiou o projecto e a Câmara de Comércio, Indústria e Serviços do Sotavento. A dívida ascende aos 50 mil contos, pelo que agora vai recorrer aos tribunais para ver os seus prejuízos ressarcidos. E como tem que assinar um documento que passa a propriedade dos equipamentos para a Águas de Cabo Verde, diz **“não entregarei as máquinas porque se não fico sem nada”**. **“São a minha garantia”**, alega.

O dono da Sacallo & Contijoch para comprovar a situação delicada em que se encontra mostrou à nossa reportagem um e-mail enviado no passado dia 3 de Julho por um fornecedor, Martinez Sole & Cia, que exigia a repatriação de uma máquina da Águas de Cabo Verde por falta de pagamento.

Júlio Almeida, por seu turno, diz que está de **“consciência tranquila”** e acusa: **“Se há má-fé, ela está do lado do senhor Josep Massó”**. E explica: **“Foi feito um contrato chave na mão, a empresa do Massó ganhou uma parte do concurso e desde o ano passado que, sem dizer nada, começou a passar facturas de trabalhos extra. As facturas foram ficando porque no final é que íamos verificar o que realmente era trabalho extra ou não”**. O que divide as duas partes é que Massó alega que os trabalhos extra nunca lhe foram pagos enquanto Júlio Almeida garante que esses mesmos trabalhos não são extra, mas sim serviços ordinários previstos no contrato.

Segundo Almeida, Massó impôs a amorti-

50 mil contos
Estão a ser cobrados por um fornecedor

zação dos tais trabalhos extra como condição para o pagamento dos últimos 10% das máquinas – com o qual a Águas de Cabo Verde se torna dona efectiva de todos os equipamentos da sua fábrica. Mas o empresário espanhol **“nunca justificou o que são esses trabalhos a mais, nem quem os solicitou. Ele tem que mostrar que esses trabalhos não estavam no contrato”**, alega.

Almeida acusa Massó de não ter cumprido com vários alíneas do contrato, salienta que o mesmo fez tarefas que não estavam previstas e que iniciou tardiamente o seu trabalho. **“A entrega das máquinas estava prevista para acontecer até Setembro de 2006, estamos em Julho de 2007 e ainda não está tudo entregue”**, adianta.

Quanto à carta de crédito, disponível desde o início do contrato, foi cancelada em Maio deste ano. Almeida defende que aquela forma de pagamento prescrevia em Novembro de 2006, mas o presidente do CA foi renovando o protocolo até Maio. Nessa data, decidiu **“cortá-lo”** porque Massó não entregava as máquinas.

Almeida reitera que, diante do sucedido, a Águas de Cabo Verde optou por pagar directamente aos fornecedores de Massó. Assim, o próximo passo é apresentar as facturas que comprovam o incumprimento à Sacallo & Contijoch que trouxe **“muito prejuízo à Águas de Cabo Verde”**.

Catarina Abreu

Injecção de capital na Frescomar

— CA confirma entrada de novos sócios

Jorge Nascimento, membro do Conselho de Administração da Frescomar, confirma ao **Cifrão** que a empresa já identificou um parceiro e estão neste momento em negociações para a sua entrada na sociedade. Este parceiro, e futuro accionista, irá injectar capital na Frescomar para aliviar a crise financeira que a trespassa e que a obrigou a reduzir as suas actividades.

Nascimento não avança grandes pormenores sobre as negociações até porque, afirma, estas ainda não estão fechadas. Mas deixa entender que esta é a única solução para a Frescomar salvar os postos de

trabalho, regularizar as dívidas ao fisco e aos armadores e garantir a compra do pescado que vai assegurar a produção.

Nascimento mostra-se ainda convencido de que a entrada do novo parceiro, que deverá fazer uma grande injecção de capital, resolverá a questão da conservação do pescado, uma reivindicação dos armadores e da indústria nacional de pesca. **“O grupo Planitrade, que é sócio maioritário da Frescomar, tem como parceiro e futuro accionista uma grande empresa do ramo. Em conjunto, estamos dispostos a modificar a estrutura da Frescomar e acertar com o Estado e o accionista A Promotora,**

outras condições de continuidade da empresa visando proporcionar um futuro promissor para o sector das pescas e conservas em Cabo Verde”, lê-se no comunicado de imprensa da Frescomar.

Os problemas financeiros desta empresa começaram em 2000 e desde então até 2006, a empresa acumulou prejuízos na ordem dos 191 mil contos, que impossibilitavam o seu normal funcionamento. Segundo confirmou o então administrador Miguel Pinto a empresa tinha dívidas para com os armadores, Electra e fisco, mas não tinha dinheiro para quitar essas obrigações.

Essas situações foram discutidas na última assembleia-geral, que aconteceu a 2 de Julho. Durante a reunião foram aprovadas as contas de gerência de 2006, com votos a favor do Planitrade, que domina a sociedade com 51 por cento das acções, e contra de A Promotora, que detém 20% das acções. Nesta AG, apesar dos assuntos quentes sobre a mesa, o accionista Estado, também detentor de 20% das acções, não se fez representar, nem tão pouco os sócios individuais que detêm, em conjunto, 9% do capital social da empresa.

Constância de Pina

INVESTIMENTOS

SANTO ANTÃO

Sinagoga acolhe o primeiro grande projecto turístico da ilha

— Santo Antão vai receber, na zona de Sinagoga, o seu primeiro grande investimento turístico.

Trata-se de um empreendimento que engloba um Hotel, com 68 quartos, e 28 moradias. A obra, que deve arrancar ainda este ano, já no próximo mês, pertence à recém-criada Sinagoga Golf Resort (SGR), de que a Turim SA e a Câmara Municipal da Ribeira Grande são os sócios maioritários.

Dinis Fonseca, presidente do Conselho da Administração de SGR, avança que a execução da obra vai caber à SGL – Sociedade de Construções, SA. O contrato foi assinado na semana passada, e o arranque dos trabalhos está previsto para acontecer na segunda quinzena de Agosto próximo.

O Sinagoga Golf Resrt absorve um investimento na ordem do 440 mil contos, metade dos quais com recurso a créditos bancários. Os restantes 220 mil contos são assumidos pela própria sociedade. A vertente resort contempla um hotel de 68 quartos, que será erguido na aprazível Praia de Sinagoga, a meio caminho do Paul. A parte imobiliária preconiza a construção, no mesmo sítio, de 28 apartamentos, tipo T2 e T3, que ficarão isolados do Hotel. Estes apartamentos serão vendidos para exploração imobiliária.

O presidente do CA de Sinagoga Golf Resort salienta que, quando daqui a dois anos estiver concluída, a infra-estrutura disporá de piscinas, campo de ténis, estação de tratamento de águas residuais, espaços para

hidromassagem, jardins e outras estruturas complementares.

Para o edil da Câmara Municipal da Ribeira Grande, escusado será dizer a importância que o referido projecto terá para o concelho e Santo Antão, em Geral. Este que é «o primeiro grande projecto turístico» desenvolvido em Santo Antão, «marca o arranque da Ribeira Grande como um dos destinos turísticos importantes a nível de Cabo Verde. O projecto vai fomentar, por outro lado, o empreendedorismo, contribuindo para o crescimento do Produto Interno Bruto e da economia da ilha. Em terceiro lugar, servirá de exemplo para futuras parcerias a serem estabelecidas entre o sector público e privado» destaca Orlando Delgado.

O autarca acrescenta que o projecto em causa virá ainda trazer benefícios a nível do emprego, uma área com grande procura de emprego que é grande nesse município de Santo Antão, já que, nesta fase do seu arranque, o empreendimento, garantirá entre 100 a 120 postos de trabalho, directos e indirectos.

A recém-criada Sinagoga Golf Resort sociedade proprietária do empreendimento, tem como sócio maioritário a Turim SA (65%) detendo os restantes 35% a Câmara da Ribeira Grande (15%) e José da Luz e Iolando Magno, com 10% cada.

Alípio Dias de Pina



Charters com 92% de ocupação

Os voos charters para Cabo Verde realizados pela Soltrópico registaram em Junho uma taxa de ocupação na ordem dos 92%. Este operador transportou para o nosso país, em Junho último, 1.180 passageiros, contra os 1.091 de 2006, de notar que estes números juntam os passageiros dos charters aos transportados em voos regulares da TACV e da TAP.

Esses dados constam de um comunicado do operador Soltrópico, que diz que os voos especiais para Cabo Verde registaram uma taxa de ocupação de 92%, em Junho. O mesmo comunicado diz ainda que 60% das reservas de charters da Soltrópico para Cabo Verde foram feitas on-line e que os 92% de ocupação referem-se aos 825 lugares colocados à disposição no mercado português, nas cinco rotações operadas pela Soltrópico.

O mesmo operador refere ainda que as partidas dos dias 1, 8 e 22 de Junho preencheram os 165 lugares do Airbus 320 da Sata Internacional, que semanalmente liga Lisboa à ilha do Sal em voo directo. “Adicionando o voo charter aos passageiros transportados em voos regulares TAP e TACV, o operador levou 1.180 pessoas a visitar Cabo Verde no mês Junho, comparando com os 1.091 passageiros em Junho de 2006”, arremata.



Cabo Verde entre os destinos mais vendidos no 1º semestre do ano

O operador turístico Mundovip, do Grupo Espírito Santo, destaca a preferência dos turistas por Cabo Verde. A notícia que aponta Brasil, Eurodisney e Cabo Verde como os destinos mais vendidos por este operador no 1º semestre está no sítio www.turisver.com.

De acordo com o administrador da Mundovip, Pedro Costa Ferreira, o inverno foi muito equilibrado e o primeiro semestre correu bem, mas vai melhorar agora no mês de Julho. Quando comparado com o ano passado, e apesar de 2007 não haver Campeonato Mundial de Futebol, este administrador afirma que o comportamento dos clientes tem sido idêntico, prevendo-se que na segunda metade de Julho comecem a intensificar as vendas.

Para além de Cabo Verde, Brasil e da Eurodisney, de acordo com Pedro Costa Ferreira, Cuba e Caribe de uma maneira geral é outro destino que está a vender muito bem e a expectativa é que estas vendas aumentem ainda mais neste período de verão.



Mercado da con com a falta de á

A falta de água na Boa Vista é um problema crónico para o qual não se vislumbram soluções a curto prazo. Desta vez, o pedido de socorro vem das empresas imobiliárias e de construção civil, um sector que regista um grande frenesi mas onde a carestia de água teima em jogar na contra-corrente e travar o boom imobiliário desta ilha turística por excelência. Frente a isso a Electra mostra-se sem capacidade de resposta enquanto as nascentes da ilha, segundo os entrevistados do **Cifrão**, estão com o caudal reduzido devido à sobre-exploração e à escassez de chuva que se registam, sobretudo nos últimos dois anos na Boa Vista.

Bertoni Luciani, gerente da Boa Vista Construções, uma empresa que constrói, vende e aluga apartamentos para turistas, está aflito com a falta de água, que teima em fazer a sua sociedade ultrapassar os prazos previamente estabelecidos com os seus clientes. **“Esta é uma situação que não se compreende e nem se aceita, sobretudo numa ilha quase totalmente voltada para o turismo. Estou a residir nesta ilha há 10 anos e, nesta década, fomos sempre confrontados com o problema de falta de água e de energia eléctrica”**, desabafa este italiano, para quem a situação tende a deteriorar-se ainda mais, se se atentar nos grandes projectos em perspectiva e no crescimento acelerado de população que a ilha regista.

A empresa de Luciani, diz este, tem vindo a contornar os cortes de energia com a colocação de geradores nos apartamentos que constrói para venda, investindo para isso mais do que inicialmente a BV Construções tinha previsto. Já para a falta

1500 *escudos*
é quanto pode custar a tonelada de
água na Boa Vista

200 *escudos*
é o preço praticado pela Electra

de água não possui alternativa ou soluções de curto prazo. **“Por altura da construção das infra-estruturas, recorreremos por diversas vezes aos hotéis Venta Club e Marine Club para comprar água. É mais cara mas não tínhamos alternativa. A Electra na ilha terá de ser repensada de forma a garantir o fornecimento de água e energia”**, sugere. É que, a par dos problemas na fase de construção, as imobiliárias se debatem ainda com dificuldades para se desfazer dos apartamentos, a que falta essencial no mundo moderno, água canalizada.

Embora nunca tenha recorrido à água da Electra para garantir os seus trabalhos, a CFS -Construções Figueiredo & Soares, empresa que responde por grandes obras na Boa Vista, como o Venta Club e o Aeroporto Internacional (infra-estrutura que foi subempreitada pela MSF à CFS, que construiu a Torre de Controlo, o Hangar e o Terminal de Passageiros-), também enfrenta grandes dificuldades. É que essa empresa recebe da Electra apenas duas toneladas de água por semana, para o consumo doméstico. **“Para a construção, temo-nos socorrido de uma lagoa que se localiza por detrás do Rabil, que é onde os construtores se abastecem. Há cinco anos atrás, aquela ribeira dava garantias aos construtores porque éramos poucos. Enchíamos 30 a 50 autotanques por dia, sem problemas. Hoje se fizermos quatro voltas damo-nos por satisfeitos”**.

LAGOA DO RABIL ESTÁ SOBRE-EXPLORADA

O problema é que, indica uma fonte da empresa, o caudal

da lagoa do Rabil tem vindo a reduzir e, a agravar a situação, ela não é limpa. “A lagoa está a ser sobre-explorada porque não há controlo. O MAA está a tentar fazer alguma coisa, mas as empresas de construção aproveitam as primeiras luzes do dia, quatro horas da matina, para encher os seus autotanques, com capacidade para 10/t. Quando a população chega, a ribeira está com um fio, que não chega para resolver os seus problemas”.

E a situação tende a piorar no Verão por causa do aumento do número de utilizadores - aos habitantes, turistas e boavistenses, que regressam em férias, e turistas, não só estrangeiros mas também nacionais. Segundo a CFS, a Electra aumentou a potência instalada para o fornecimento de energia com mais um gerador, mas é bom destacar que só nos últimos meses, pelos menos seis novas empresas de imobiliária e construção montaram escritórios na ilha. “A redução do caudal da ribeira do Rabil está a afectar a CFS de forma significativa. Para se ter uma ideia, há dias íamos fazer um betão e tivemos de cancelá-lo porque não tínhamos água suficiente. E a água do norte da ilha não é alternativa, pelo menos, para a nossa empresa, porque é ela que abastece a população dos vários povoados”, revela a nossa fonte.

Uma alternativa mais custosa tem sido comprar água aos grandes hotéis, que têm os seus dessalinizadores. Mas esta é uma opção cara. Nesses grandes empreendimentos turísticos, a água custa 500 escudos/tonelada. Os compradores têm ainda de pagar o frete do autotanque, que oscila entre 500 e mil escudos, segundo

30 a 40 autotanques

eram retirados da lagoa do Rabil. Hoje não chegam a quatro

Este empresário explica que, neste momento, está a construir um centro comercial na Vila de Sal-Rei e já não tem onde ir buscar água para prosseguir os trabalhos de construção. “Já fomos inclusive buscar água à nascente de João Galego, mas até lá a água está a ser racionada pelo Ministério do Ambiente e Agricultura. A situação na Boa Vista é de seca e as autoridades não estão a fazer nada para minimizar os problemas”, acusa.

SALINIDADE ELEVADA

Um outro problema que está a afectar a Boa Vista é o aumento da salinidade da água na ilha. Trata-se, segundo Sérgio Korá, de uma água imprópria para a construção. “Esta água

alguns furos de prospecção para poder calibrar um novo dessalinizador. Estes furos são, basicamente, para analisar a qualidade da água. Fizemos um furo nas imediações da Electra e não encontramos água. Fizemos um segundo furo na Praia Cabral e a quantidade de água encontrada não justifica o investimento. A conclusão a que chegamos é que a ilha não possui água subterrânea porque o seu subsolo é basáltico”.

A solução, de acordo com este responsável da Electra, passa pela dessalinização da água do mar. O problema é que este processo exige grandes investimentos e a empresa não possui de momento os meios necessários. Uma outra hipótese que tem sido aventada pelo governo, de acordo com Antão Fortes, é a entrada na ilha de um produtor independente para assumir

Construção a braços de água na Boa Vista

as relações. “Uma tonelada de água não satisfaz uma empresa e a população, pelo menos 70 a 80%, não tem meios para comprar água nos hotéis porque é cara. Por outro, é preciso ter os contactos certos nesses empreendimentos-Parques das Dunas, Venta Clube e Marine Clube, porque não vendem para qualquer pessoa que chega lá com dinheiro para isso.”

Outra grande construtora, a Lorenzo Construção, também acumula prejuízos devido à carestia da água na Boa Vista. Jair Andrade, o faz-tudo da empresa, explica que a mesma produz brita e precisa de água para lavar o produto. A opção, afirma, quando a lagoa de Rabil está seca, o que acontece diariamente a meio do dia, é suspender a produção. O mesmo se verifica em relação aos trabalhos de construção do grande empreendimento turístico, cujas obras são suspensas sempre que a água escasseia. “Felizmente, o hotel é propriedade do grupo e, com isso, não sofremos pressão por parte dos clientes. Mas tivemos problemas na fase de construção do jardim infantil da Vila de Sal-Rei, que o grupo ofereceu à Câmara por altura das festas do município, devido à falta de água”.

E a situação, de acordo com este responsável, irá complicar-se porque existem neste momento na ilha das dunas vários projectos em curso que precisam de água. E como a lagoa de Rabil irá, com certeza, secar... Por outro lado, prossegue, a água do norte não pode ser vista como alternativa porque, caso isso acontecer, a população será sacrificada. As mesmas preocupações são-nos repetidas na Cabogesat, empresa pertencente ao italiano Sérgio Korá.

destrói as canalizações, corrói as torneiras e os esquentadores. E não temos a quem queixar-nos. O mais revoltante é que foi inaugurado em Janeiro último, uma rede de distribuição de água, financiada com fundos do Koweit, foram também construídos três grandes reservatórios, que estão abandonados porque a Electra não tem capacidade sequer para abastecer a população, muito menos para armazenar água”.

Enquanto isso, prossegue, a população continua a amargar entre cinco e seis horas nas filas dos chafarizes públicos para conseguir um balde de 20 litros de água/dia. “A falta de água está a paralisar a economia da Boa Vista. Basta dizer, por exemplo, que neste momento há imobiliárias com apartamentos concluídos e que não conseguem alugar ou vender os imóveis porque estes não têm água. Por exemplo, a empresa Imotur construiu 300 apartamentos na Praia Cabral e continua à espera de água”, completa Korá.

Não foi possível confirmar as informações sobre a redução do caudal nas nascentes e a racionalização da água junto da delegação do MAA na Boa Vista. É que a delegada, Adelina Pires, estava a acompanhar uma missão do Millennium Challenge Corporation (MCC), que visitou a ilha nesta semana.

Já o presidente da CE da Electra, Antão Fortes, garante que a falta de água na Boa Vista é uma preocupação para a empresa, sobretudo porque o único dessalinizador existente, com capacidade para produzir 250 toneladas/dia de água, se encontra avariado e está a trabalhar a meio gás. “Temos feito

a produção de água e energia. “Mas este é um projecto de longo prazo. A Electra compraria, ao produtor independente, a energia eléctrica e a água que depois distribuiria aos seus clientes. A curto prazo, a alternativa é a reparação do dessalinizador avariado e/ou a deslocalização de um dessalinizador com capacidade para produzir 500 t/dia de água do Sal para a vizinha Boa Vista”, indica Fortes, para quem a Electra e o governo estão conscientes do grave problema que é a falta de água na Boa Vista.

Em relação ao projecto Kuwait, Antão Fortes explica que o financiamento era apenas para a extensão da rede e construção dos reservatórios. Entretanto, o projecto apresentou alguns problemas que foram repassados à Electra. Mas o problema maior é que, neste momento, a Electra não tem capacidade para produzir água para distribuir por essa rede. “Estamos conscientes de que os furos não são solução porque a água encontrada não justifica e ela apresenta um alto nível de salinidade. O dessalinizador que pretendemos reparar é um grande consumidor de combustível. Para se ter uma ideia, o custo de produção de um metro cúbico de água na ilha oscila entre os 300 e os 400 escudos e somos obrigados a vender essa água por pouco mais de 200 escudos porque os nossos preços são tabelados. Esta situação terá de ser revista porque a empresa não consegue cobrir os seus custos por causa de uma tabela imposta pela entidade reguladora”.

Constância de Pina



EM VISITA À CCISS



Pedro Pires

O presidente da República considerou terça-feira que a Câmara de Comércio, Indústria e Serviços de Sotavento (CCISS) tem um “papel importantíssimo” como parceira do governo na promoção do desenvolvimento do sector empresarial do país.

PR enaltece dinamismo da actual direcção

“Entendo que deve haver um esforço concertado entre as autoridades públicas e as instituições privadas na consolidação do tecido produtivo e, nesse processo, a CCISS é um interlocutor fundamental”, referiu Pedro Pires no final de uma visita que efectuou às instalações da Câmara de Comércio de Sotavento, durante a qual pôde tomar conhecimento dos projectos, preocupações e expectativas da nova direcção.

A densificação do empresariado nacional, identificada como uma das grandes apostas da nova direcção, constitui uma dessas preocupações, que o Presidente da República classificou como “legítima e louvável”, por necessário, na sua opinião, que haja empresários nacionais “capazes de aproveitar as oportunidades” que a dinâmica de crescimento do país está a abrir.

“Por mais investimentos externos que o país possa atrair, há sempre um espaço que só pode ser ocupado pelos nacionais, que devem, por isso, estar devidamente preparados, com o apoio das instituições que os representam”, referiu o chefe de Estado, para quem as micro, pequenas e médias empresas serão chamadas a preencher uma parte importante desse espaço.

Para isso, defendeu Pedro Pires, os agentes económicos cabo-verdianos vão ter que posicionar-se para tirarem o melhor proveito das oportunidades que vão surgindo, devendo, em muitos casos, “antecipar-se aos grandes investidores estrangeiros e escolher áreas onde possam actuar com qualidade”, por exemplo no sector do turismo.

“A actividade turística não se limita à construção e exploração de

hotéis, envolvendo, pelo contrário, muitas outras valências complementares, nomeadamente as telecomunicações, a indústria, os transportes, a cultura, a agricultura, a pesca, o desporto e tantas outras”, observou o chefe de Estado.

Durante a sua visita às instalações da CCISS, Pedro Pires encontrou-se com a nova direcção da câmara, que lhe deu conhecimento dos projectos em carteira e das expectativas que a classe empresarial alimenta no que toca às suas relações com os poderes públicos.

As ideias expostas agradaram ao Presidente da República, que viu nelas o reflexo da dinâmica de trabalho de uma equipa “jovem e criativa”, capaz, a seu ver, de dar continuidade ao trabalho desenvolvido desde a criação da CCISS.

“É uma situação interessante porque estamos perante uma substituição de gerações, o que constitui um excelente sinal pois dá garantias quanto ao futuro da instituição e à continuação do trabalho que tem sido feito, até agora, a favor da afirmação da classe empresarial cabo-verdiana”, considerou Pedro Pires.

A visita do chefe de Estado às instalações da CCISS e a troca de impressões que teve lugar foi considerada “extremamente útil” pelo presidente da câmara de comércio, que começou por agradecer “a prontidão e o enorme interesse” com que Pedro Pires aceitou o convite.

A visita correspondeu plenamente às expectativas da direcção da Câmara de Comércio, Indústria e Serviços de Sotavento, uma vez que permitiu um diálogo “interessante” durante o qual

foi possível trocar ideias no referente a várias questões importantes para a vida do país e da classe empresarial, assegurou Paulo Lima.

“Tivemos a oportunidade de apresentar os planos que temos para o nosso mandato de quatro anos e de discutir as nossas ideias com o senhor Presidente da República, que também nos deu a sua visão do desenvolvimento empresarial do país e algumas sugestões úteis que registámos com muita satisfação e procuraremos levar em linha de conta”, adiantou o responsável máximo da CCISS.

De acordo com Paulo Lima, a visita de Pedro Pires, para lá do contacto institucional que significa, servirá igualmente para dar “mais visibilidade” à CCISS e maior reconhecimento ao trabalho que vem desenvolvendo a favor do sector privado nacional.

Para além disso, a direcção da CCISS procurou sensibilizar o Presidente da República para, utilizando o seu poder de influência, ajudar a câmara, nomeadamente junto do governo, a conseguir firmar algumas parcerias importantes, designadamente no que toca à transformação das antigas instalações do aeródromo Francisco Mendes num Centro Internacional de Negócios.

Para além das instalações da CCISS, o chefe de Estado visitou terça-feira o espaço onde, desde quarta-feira, decorre a Feira da Macaronésia, e ainda a duas empresas que beneficiam do Fundo de Crescimento e Competitividade, a saber, o restaurante Plaza Park e a Lacacan, vocacionada para a produção e comercialização de plantas decorativas e paisagísticas.



Paulo Lima e Pedro Pires

INOVAÇÃO



Feira da Macaronésia em palavras e números

“É necessária a cooperação para o desenvolvimento entre as ilhas da Macaronésia. Na agenda de uma cimeira organizada entre os quatro arquipélagos, deviam constar temas como a água, o transporte entre as ilhas, que têm no mar o seu maior património. E o desenvolvimento do capital humano também devia constar, para criar uma rede de universidades. As tecnologias de informação, o comércio internacional, o turismo e a integração económica das ilhas são outras questões a serem abordadas”.

*José Maria Neves,
Primeiro-Ministro de Cabo Verde*

“Das 150 pessoas que compõe a comitiva canária, 140 são empresários. O empresariado tem um papel fundamental no desenvolvimento dos seus respectivos países. Não podemos esperar que os políticos façam o nosso trabalho”.

*José Manuel Soares,
presidente da Câmara do Comércio de Las Palmas*

“As trocas comerciais entre os arquipélagos da Macaronésia ajudam-nos a entrar no mercado global. É também importante a troca de experiências na gestão insular”.

*Paulo Lima,
presidente da Câmara do Comércio,
Indústria e Serviços de Sotavento*

15 milhões
de potenciais consumidores na zona da Macaronésia

69 stands

60 empresas
participantes

104 expositores

3 arquipélagos
representados (a Madeira não tem
nenhum stand)

3 dias
de duração da Feira



E AINDA

Arquipélago Empreendedor dinamiza a Feira da Macaronésia

O Centro de Desenvolvimento Empresarial da Universidade Jean Piaget levou esta semana à Feira da Macaronésia o “Arquipélago Empreendedor”. Trata-se de um espaço dedicado ao empreendedorismo que pretende diversificar as actividades económicas, ao mesmo tempo que permite o contacto directo entre potenciais empreendedores, empresários e a sociedade em geral.

O Director do CDE-UniPiaget, Marco Lamas, recebeu o convite da comissão organizadora da Feira da Macaronésia e resolveu aceitar o desafio. Criou um espaço adequado para as empresas que procuram novos representantes comerciais, para expor novos produtos e serviços e construir sinergias tecnológicas. “Fomentar a transmissão de conhecimentos através de conferências,

workshops, seminários num ambiente informal, onde os negócios, o divertimento e a formação se misturam foi o propósito do Arquipélago Empreendedor”, assegura Lamas.

Segundo Marco Lamas, a formação teve o propósito de oferecer todo um conjunto de ‘know-how’ e ferramentas indispensáveis à prospeção de oportunidades, para criar e gerir

um negócio. O espaço Arquipélago Empreendedor, através do CDE, disponibilizou também a Bolsa Consultores, constituída por uma equipa de consultores que desenvolvem trabalhos em diversas áreas e empresas contribuindo assim para a melhoria dos procedimentos existentes, tornando-os mais competitivos.

Lília Mesquita

O Estado com rosto Humano

1 - Numa brilhante entrevista dada à estampa na última edição de **A Semana**, conduzida pelo jornalista José Vicente Lopes, Gualberto do Rosário, mais uma vez relevou a grande importância da regulação de determinados sectores da economia cabo-verdiana. Com efeito, a regulação constitui um dos domínios sobremaneira importantes da intervenção do Estado na economia.

Sobre esta questão e do grau da intervenção do governo nas actividades económicas existem posições diversas. Ainda temos em Cabo Verde correntes de opinião que aceitam a economia de mercado mas advogam uma intervenção forte do Estado inclusive nas actividades de produção. Por isso, são contra a privatização das empresas públicas, ou pelo menos de algumas delas.

Existem outras posições adeptas da teoria do Estado mínimo, do Estado necessário. Funcionam apenas as regras do mercado, estando o Estado vocacionado para a defesa dos direitos negativos, como a segurança, a justiça e para assegurar a criação da legislação e pouco mais. Possivelmente ainda poderemos ter algumas pessoas, mais radicais, que defendem o autoritarismo do Estado e que ainda batem palmas a Fidel Castro ou ao novo herói Hugo Chavez que pretende estatizar a economia da Venezuela.

2 - Num país como Cabo Verde, nenhuma das teorias que defendem posições extremas poderá trazer resultados positivos. Já não é aceitável a defesa das ideias relativas ao autoritarismo do Estado bem como as do mercado absolutamente livre.

O nosso país, com menos de 500 mil habitantes residindo em 9 ilhas, não terá sucesso se adoptar as medidas neoliberais deixando a "mão invisível" de Adam Smith funcionar livremente no mercado em que os agentes ao prosseguirem os seus objectivos pessoais estarão a beneficiar toda a sociedade; isto é, toda a economia, desregulamentada, estaria à mercê das leis do mercado. Os neoliberais, como se sabe, defendem a absoluta liberdade do mercado e ausência da intervenção do Estado a não ser em sectores imprescindíveis e mesmo assim num grau mínimo. Ligado ao neoliberalismo está o conceito de minarquia, do Estado mínimo e necessário já referido. Frederick Von Hayek, da escola austríaca que antecedeu a escola de Chicago de Friedman, (monetarista) prémio Nobel da economia, na linha dos clássicos, foi um dos maiores defensores e teorizadores do fundamentalismo do livre-mercado com a crença de que o mercado resolve tudo.

Eventualmente poder-se-ia pensar que a total liberdade dos agentes económicos seria o ideal. Essas políticas poderiam ser aplicadas com sucesso em determinadas realidades onde os mercados sejam perfeitos.

3 - Em Cabo Verde o mercado está longe de ser perfeito. Pelo contrário, temos um mercado muito imperfeito em que existe uma grande assimetria de informação e determinados sectores ostentando grandes debilidades. Nestas condições, deixando o mercado funcionar com absoluta liberdade poderia acarretar algumas consequências negativas, sobretudo para as camadas mais pobres.

O melhor paradigma de Estado para um país moderno, democrático e com as características de Cabo Verde deve estar em sintonia com as ideias das correntes pós-keynesianas. A presença do Estado como inevitável até para proteger as próprias leis do mercado e a livre concorrência; para combater as externalidades negativas ou os desequilíbrios provocados pela assimetria da informação ou o uso de informações privilegiadas por parte de determinados agentes económicos.

Os teóricos da linha keynesiana acham que os mercados perfeitos produzem resultados benéficos à sociedade mas os mercados imperfeitos produzem resultados muito nefastos. O famoso autor Joseph Stiglitz, Nobel da economia, no seu teorema, postula que as falhas do mercado constituem a norma, isto é, que não são excepções. Por isso os governos devem poder a melhorar eficiência da locação dos recursos. Outro grande teórico James Tobin, também Nobel da economia, que desenvolveu as ideias da economia keynesiana relativas à lógica macroeconómica e à teoria monetária contribuiu para a fundamentação da chamada economia liberal de rosto humano, em que se defende a intervenção do Estado na economia e nos ajustes fiscais e orçamentais.

Apesar de todas as divergências ideológicas próprias da democracia, penso que os actores políticos em Cabo Verde deveriam chegar a um consenso de como deveria ser o posicionamento do Estado cabo-verdiano na economia tendo em conta a sua relação com a classe empresarial e com os investidores estrangeiros. Esses devem saber com que contar, devem conhecer as regras do jogo estáveis e claras que não podem ser alteradas em virtude da alternância política ou das especificidades dos diversos poderes. Vejam os sinais negativos que estão a ser emitidos na sequência de alguns conflitos ou desencontros entre o Governo e algumas câmaras municipais.

O governo, já agora, as Câmaras Municipais e outras instituições devem trabalhar para o desenvolvimento de um marco legal eficiente, regras de jogo estáveis que sirvam de fundamento para a realização de negócios de todos os negócios. Através da regulação, do controle e das regras, o Estado deve assegurar a livre concorrência e a criação de ambiente propício ao negócio. O mercado deve ser um campo de futebol onde deve prevalecer as condições de igualdade de oportunidades de todos os jogadores num quadro de um espírito democrático que dita as regras do jogo de forma justa, estável e eficaz.

4 - No quadro desse paradigma de actuação do Estado, estaríamos em maior número a navegar na linha da economia liberal com rosto humano defendida por exemplo por James Tobin e outros pós-keynesianos, ou economia social de mercado. São conceitos que traduzem essa complementaridade entre o Estado e

Júlio Lopes*



*Mestrando em MBA

Em Cabo Verde o mercado está longe de ser perfeito. Pelo contrário, temos um mercado muito imperfeito em que existe uma grande assimetria de informação e determinados sectores ostentando grandes debilidades. Nestas condições, deixando o mercado funcionar com absoluta liberdade poderia acarretar algumas consequências negativas, sobretudo para as camadas mais pobres.

o mercado e estratégia de transformação produtiva com equidade social.

O que importa para Cabo Verde é um paradigma que tenha em conta a nossa realidade de país pequeno arquipélago de desenvolvimento médio, e que vise potenciar o crescimento económico rápido e sustentável mas com um sentido de distribuição dos rendimentos para assegurar a coesão social e a elevação do nível de vida de todos os cabo-verdianos. As oportunidades são para todos os cabo-verdianos e não para um grupo de pessoas nos principais centros urbanos, como às vezes acontece...

Deveríamos estudar mais as ideias do economista sueco Karl Gunnar Myrdal, prémio Nobel, o inspirador do Estado de bem-estar social (Welfare State) nos países nórdicos como Suécia, Noruega, Dinamarca e Finlândia, países que estão no topo em termos de desenvolvimento humano. Apesar da posição de vários teóricos sobre a falência do welfare state em consequência da globalização neoliberalizante, em Cabo Verde, não devemos deixar de lutar na medida do possível para reduzir as desigualdades sociais a níveis aceitáveis.

Importa relevar que defender a intervenção do Estado para suprir as falhas do mercado não significa pôr em causa a liberdade da economia de mercado. O próprio John Keynes defendeu o papel permanente do governo na economia mas não no sentido do Estado substituir os mercados privados. Para o pai da macroeconomia, o Estado deve adoptar políticas económicas para aumentar a demanda agregada de modo a criar um ambiente estável para estimular os empresários a realizarem novos investimentos a fim de aumentar os níveis de emprego.

A mais importante agenda do Estado não concerne as actividades que podem ser realizadas pelos agentes económicos mas sim as funções que trazem grandes benefícios para a sociedade e que estão fora do âmbito individual; isto é, que os agentes económicos não estão dispostos a empreender tendo em conta os custos-benefícios

5- Nos últimos anos apesar de algumas críticas, Cabo Verde tem adoptado as melhores políticas económicas. Foi feita a liberalização económica; construiu-se um ambiente de liberdade para os empresários desenvolverem as suas actividades e os seus negócios; o investimento externo directo já é uma realidade, sobretudo no turismo e na imobiliária; o Estado está a retirar-se do sector produtivo através da privatização das empresas públicas e a erigir um sistema de regulação e a investir na infra-estruturas e qualificação profissional; está-se a desenvolver uma nova mentalidade e formas de organização e de actividade empresarial com a entrada no mundo empresarial de pessoas com mais formação e uma visão mais vasta e uma melhor capacidade de gestão

Na linha do que defendeu o ex-primeiro-ministro Gualberto do Rosário, devemos investir mais na regulação e nas regras do jogo. Além da regulação que é tarefa do Estado, é sobremaneira importante desenvolver a exigência dos clientes ou da sociedade civil, o que constituiu elemento de competitividade conforme explica Michael Porter nas suas ideias sobre a competitividade das acções. Essa tarefa caberá sociedade civil - a associação dos consumidores, Câmaras de Comércio, comunicação social...

6- Não queria terminar este artigo sem abordar um domínio em que o Estado deve intervir e que não concerne as áreas normais de intervenção como a política fiscal, monetária ou orçamental, regulação, etc. Trata-se da necessidade de protecção de sectores mais débeis por forma a assegurar o equilíbrio e a igualdade de oportunidades. O Governo (que é a entidade que assegura a administração do Estado) deve estar muito atento para, no quadro das regras do jogo, tomar medidas concretas para potenciar o desenvolvimento de uma classe empresarial endógena ao mesmo tempo que melhora as condições de atracção do investimento externo. Deixando as coisas correr assim como estão, as pequenas empresas serão aniquiladas. Embora os preceitos da gestão global condenem o protecçãoismo, pensamos que durante algum tempo devem ser adoptadas medidas, de facto e não de retórica, para defender essas empresas de alguns perigos iminentes.

Vejam um exemplo simples e elucidativo. A indústria do mobiliário. Há alguns anos, funcionavam algumas unidades em Cabo Verde que produziam o mobiliário para casas e escritório. Com o mercado a funcionar, o que está correcto, e com a preferência dos consumidores pelos produtos importados, essas empresas fecharam as portas. Deu-se um incremento na importação desses bens, o que acarreta algumas desvantagens. O comércio nem sempre traz valor acrescentado e faz aumentar a pressão sobre as reservas de divisas. Se houvesse uma intervenção adequada do Estado, pelo menos a nível das chamadas compras governamentais, as pequenas empresas nessa e noutras áreas estariam a crescer, com a grande vantagem de contribuir para a geração de mais empregos e o aumento da poupança e investimento endógeno.

Existem outros casos graves em Cabo Verde que estão a afectar o crescimento pequenas empresas e tem a ver com o não funcionamento das regras de concorrência ou mesmo das regras do jogo. Como é que se explica que havendo empresas vocacionadas para prestar determinados serviços ou vender determinados produtos, as entidades compradoras, muitas vezes públicas, realizem importações sem que para tal sejam autorizadas?!

Por fim queria concluir chamando a atenção para algumas ideias defendidas por Friederich List (1789-1846), economista da Prússia e partidário do protecçãoismo, cujas ideias são praticadas por muitas países sobretudo da Ásia. Se bem que também nos EUA e em muitos países da Europa para defenderem determinados sectores, como a agricultura. Em traços gerais, defende a protecção de determinadas empresas nacionais durante um certo tempo até que estejam em condições de enfrentar a concorrência estrangeira. Qualquer semelhança com a nossa realidade é mera coincidência...



Menos vinho do Fogo no mercado este ano

Este ano a produção de vinho vai ser fraca. Segundo o especialista italiano Fanz Egger, que assiste tecnicamente as cooperativas vinícolas de Chã de Caldeiras e de Achada Grande, nos concelhos de Santa Catarina e Mosteiros (ilha do Fogo), a fraca pluviosidade e os fortes ataques das pragas às videiras explicam essa situação.

Segundo a previsão das duas cooperativas, a produção deste ano poderá não ultrapassar os 50 mil litros, correspondente a 60 ou 65 mil garrafas. De acordo com Fanz Egger, a produção será cerca de 50 por cento inferior de 2006.

Uma nota de destaque para este ano foi o aumento significativo dos campos da vinha. O número de associados, nas duas cooperativas do Fogo, também aumentou, a de Chã de Caldeiras passou de 62 para 73 produtores filiados, dos quais 40% são mulheres chefes de família. Contas feitas, segundo aquele especialista italiano, na sua quase totalidade os produtores de Chã das Caldeiras estão filiados na cooperativa, de onde retiram dividendos económicos.

Perante o quadro acima descrito, **Cifrão** está em condições de avançar que as cooperativas vinícolas vão privilegiar a produção de vinhos “rosé” e “Passito”, os que em

50 mil litros

é a quantidade de vinho prevista para 2007

2006 tiveram maior aceitação no mercado, a tal ponto que foram comercializados na totalidade. O “rosé”, que no ano passado teve quatro mil garrafas no mercado, este ano vai aumentar para oito mil garrafas. O “passito” também vai aumentar a sua produção, o que implica menos vinho tinto e branco. Com a chegada das garrafas especiais de Itália, a Adega vai colocar, dentro em breve no mercado a aguardente com ervas digestivas.

Conforme Fanz Egger, as adegas receberam recentemente, e estão na fase de instalação, um conjunto de equipamentos e maquinarias, no âmbito de um protocolo com a União Europeia. Barris inox, com capacidade para 35 mil litros, esmagadora, dispositivos de bombagem, alambique e equipamentos

básicos para a adega de Achada Grande nos Mosteiros, que praticamente não possuía tais equipamentos.

Até este momento a adega de Chã das Caldeiras colheu 25 mil quilos de uva, enquanto que na outra adega a colheita até então cifra-se em 13 mil quilos mas deverá continuar até ao próximo 20 de Agosto, conforme Fanz Egger.

Com a reabertura da cooperativa em Achada Grande – com um total de 20 produtores e equipada agora com os materiais necessários –, a perspectiva é produzir 14 mil litros de vinho, ou seja aproximadamente 17 a 19 mil garrafas, sendo 7 mil litros de tinto, 4 mil de branco e 3 mil de rosé.

NMC

tome Nota

Crioulos em Portugal com reforma facilitada

Portugal e Cabo Verde assinaram, na semana passada, uma convenção de Segurança Social, que garante a protecção social contínua e adequada dos nacionais dos dois países que exerçam a actividade profissional no território do outro país.

Edmundo Martinho e Maria Teresa Requeijo, do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, juntamente com o presidente do Instituto Nacional de Previdência Social de Cabo Verde (INPS), António Neves, assinaram no passada sexta-feira, na Cidade da Praia, um acordo sobre segurança social, segundo o qual Portugal vai ajudar Cabo Verde no reforço da capacidade de fiscalização e combate à fraude.

Alguns técnicos de Portugal deverão deslocar-se a Cabo Verde e técnicos cabo-verdianos podem ir a Portugal, para formar pessoas e preparar um modelo organizacional de combate à fraude. Portugal vai ajudar Cabo Verde a construir uma tabela nacional de invalidez.

Energia Solar no Plateau

O Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos (INGRH) realiza durante os dias 26, 27 e 28, na Praça Alexandre de Albuquerque, Plateau, uma exposição sobre Energia Solar. O INGRH quer mostrar que a luz do sol não serve só para bronzear, tem aplicações económicas e pode ajudar a resolver muitos problemas sociais dos cabo-verdianos.

Melhorar o abastecimento de água potável à população rural, através da utilização de energia

fotovoltaica, na bombagem de água, é um dos bons exemplos a serem levados à praça do Plateau. As empresas nacionais que têm na energia solar um ramo de actividade vão juntar-se a essa iniciativa inédita do INGRH.

Cabo Verde enfrenta sérios problemas no abastecimento e exploração da água dos furos devido à constante subida do petróleo. Um problema que poderá ser minorado com a utilização das energias renováveis. Esta é uma solução já

testada e utilizada até no mundo desenvolvido, para substituir as energias fósseis e para a não poluição do meio ambiente.

Refira-se que em Cabo Verde existe o Programa Regional Solar II, financiado pela União Europeia, que visa precisamente melhorar o abastecimento de água à população rural através do aproveitamento da energia do sol. Este projecto deverá beneficiar 30 localidades rurais das ilhas de Santiago e São Nicolau.

DIREITO DE RESPOSTA

NOTAS

Cabo Verde no Salão Imobiliário de Lisboa

Cabo Verde é um dos países convidados a participar no Salão Imobiliário de Lisboa (SIL), que se realiza entre 24 e 28 de Outubro, em que o país terá oportunidade de mostrar os seus projectos imobiliário-turísticos mais importantes e destacar os investidores privados nacionais. O stand do arquipélago no SIL terá 180 metros quadrados.

O SIL é a maior feira nacional imobiliária realizada em Portugal e terá este ano 325 expositores e 30 mil visitantes estimados. A organização prevê um aumento de 28% de expositores internacionais, oriundos, principalmente, de Espanha, Brasil, Angola, e de Cabo Verde.



Assembleia-Geral da Ordem de Auditores e Contabilistas em Agosto

O próximo mês de Agosto é a data para a eleição de novos membros para a mesa da Assembleia-Geral, do Conselho Fiscal e outros cargos da Ordem de Auditores e Contabilistas de Cabo Verde, que está em processo de instalação.

Actualmente existe uma comissão "ad-hoc" que está encarregue de criar essa organização que já reuniu com as representações regionais, na semana passada, em São Vicente e no Sal.

IPC sobe em Junho

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), ou seja, a inflação, atingiu 204,5% em Junho de 2007, nível esse superior ao registado no mês anterior que foi de 201,8 por cento. A taxa de variação mensal atingiu 1,3% a nível nacional, sendo de 2,0% na Praia, 1,2 em São Vicente e 1,1% nas Zonas Rurais.

A taxa de variação homóloga fixou-se a nível nacional em 3,9 por cento, com 4,9% nas Zonas Rurais, 2,6% na Praia e 1,8% em São Vicente. Já a taxa de variação média dos últimos 12 meses atingiu este mês 4,7% a nível nacional, sendo 5,7% nas Zonas Rurais, 3,2% na Praia e 2,9% em São Vicente.

Mediateca da CGD lança livro sobre Cabo Verde

“Cabo Verde - Dez ilhas, um país, cinco continentes” é a monografia sobre o nosso arquipélago que a Mediateca da Caixa Geral de Depósitos (CGD) lançou esta semana na Cidade da Praia. O livro, de 214 páginas, traça o perfil do país, tem uma abordagem económica e é um instrumento útil para investidores, por exemplo, que querem saber mais sobre estas ilhas.

No primeiro capítulo, o livro faz a caracterização geral do país, descrevendo o clima, a flora e fauna e a sua organização política e administrativa, entre outros pontos. Depois traça a estrutura económica e os sectores de actividade em Cabo Verde e quais são os seus indicadores de desenvolvimento. O capítulo “Economia de Cabo Verde” aborda o PIB e a sua composição, o emprego, o comércio externo e as finanças públicas.

A monografia fala também do sistema financeiro, em que destaca o papel do grupo CGD em Cabo Verde. O investimento estrangeiro e a cooperação internacional também são assuntos tratados com cuidado, fazendo o percurso destes apoios/parcerias ao longo dos anos. O livro termina com o lançamento dos desafios para o

futuro e a definição dos seus sectores estratégicos.

Os anexos focam a legislação, nomeadamente a que está relacionada com o mundo dos negócios, e contam curiosidades como a evolução das notas e moedas utilizadas desde 1914 até aos dias de hoje. Apresenta ainda uma abordagem histórica sobre a Cidade Velha, da autoria da Daniel A. Pereira, historiador e actual embaixador de Cabo Verde em Brasília.

“Cabo Verde - Dez ilhas, um país, cinco continentes” é de leitura fácil e agradável, tem 34 quadros, mais de 20 gráficos e quase 90 fotos para ilustrar a realidade cabo-verdiana, oferecendo uma perspectiva optimista do arquipélago.

Ana Monteiro, coordenadora da mediateca da CGD, contou com a colaboração de Fernando Sapinho e Luís Portela, de Cabo Verde. Durante a apresentação do livro disse que “não foi fácil encontrar o título”. “Cabo Verde é um país diferente devido à sua descontinuidade geográfica, daí o “dez ilhas”, mas é “um país” unido por um mesmo objectivo - o interesse comum de se desenvolver. Os “cinco continentes” é dedicado aos cabo-verdianos

que estão espalhados pelo mundo e representa a globalização do povo crioulo”, explicou.

As primeiras monografias feitas pela mediateca da CGD foram sobre Timor, São Tomé e Príncipe e agora é a vez de Cabo Verde. Aquela unidade do banco português já tinha elaborado um livro sobre o arquipélago intitulado “Cabo Verde na rota da internacionalização”, em 1994. Mas, para a coordenadora, era altura de fazer uma nova monografia, pois “o país está num período ascendente do seu desenvolvimento e em 2008 poderá finalmente associar-se aos PDMs”.

A publicação será distribuída gratuitamente em Cabo Verde nas instituições que integram o grupo Caixa: BCA, Promotora, Interatlântico e Garantia, na Praia e no Mindelo, onde o livro foi apresentado na terça-feira, 17, às 18h15, no Edifício da Mediateca, na Rua Santo António. Mais tarde, “Cabo Verde - Dez ilhas, um país, cinco continentes” chega a Portugal e às outras ilhas. A monografia estará também disponível nas duas mediatecas de Moçambique, em São Tomé e Príncipe, Timor e Luxemburgo.

Catarina Abreu